



O plenário do Senado aprovou a recriação da superintendência

Publicada lei que recria a Sudene

A lei que recria a Sudene foi aprovada em novembro do ano passado. O objetivo é atrair investimentos

Foram publicadas ontem no Diário Oficial da União as leis que recriam a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). As informações são da Agência Brasil.

Uma das competências da Sudene é apoiar investimentos públicos e privados em áreas de infra-estrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação tecnológica e iniciativas de desenvolvimento regional.

A lei que recria a Sudene foi aprovada no Congresso Nacional em novembro. A superintendência substituirá a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), que foi criada

após a antiga Sudene ser extinta por sucessivas denúncias de corrupção.

De acordo com a Lei Complementar 124, a Sudam abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão.

O objetivo da superintendência, segundo a lei, é promover o "desenvolvimento incluyente e sustentável" de sua área de atuação, além de integrar a base produtiva regional na economia nacional e internacional.

A lei dispõe ainda sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), que irá oferecer recursos para a realização de investimentos em infra-estrutura e em empreendimentos produtivos da região.

SUPERINTENDÊNCIAS

Ministério da Integração Nacional

SUDAM

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

1966

governo Castelo Branco

desenvolvimento da região amazônica, criando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores

CRIAÇÃO

SUDENE

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

1959

governo Juscelino Kubitschek

OBJETIVO

diminuir as desigualdades entre as regiões geoeconômicas do Brasil, projetos de irrigação e cultivo de plantas resistentes às secas

ABRANGÊNCIA



toda a região Nordeste e alguns municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo

HISTÓRICO

- Foram extintas em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso depois de fraudes e corrupção
- Substituídas por agências regionais de desenvolvimento
- Recriação fazia parte da campanha do presidente Lula, em 2002